

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
-------------------	---

PARTE I – COISA JULGADA, SEGURANÇA JURÍDICA E VERDADE SOCIAL – JUSTIÇA DA DECISÃO JUDICIAL

Carlos Valder do Nascimento	19
1 Preliminares.....	20
2 Elementos constitutivos da coisa julgada inconstitucional.....	27
2.1 Controle dos atos do poder público.....	27
2.2 Coisa julgada: noção e enquadramento normativo.....	31
2.2.1 Noção.....	31
2.2.2 Enquadramento normativo.....	35
2.3 A função jurisdicional na Constituição	37
2.4 Teoria da coisa julgada inconstitucional	41
2.4.1 A concepção de Paulo Otero	41
2.4.2 A concepção de Cândido Rangel Dinamarco.....	44
2.4.3 A concepção de Humberto Theodoro Júnior e Juliana Cordeiro de Faria	47
2.4.4 A concepção de José Augusto Delgado	48
2.5 <i>Querela nullitatis</i> : sua adequação ao direito positivo.....	50
2.6 Medida Provisória nº 2.180-35/2001.....	55
3 Verdade social e justiça das decisões judiciais	57
3.1 Pensamento ideologizado e interpretação	62
3.2 Eticidade do processo	66
3.3 Dignidade humana e os julgados.....	70
3.3.1 Efeitos da sentença	82



3.4	Coisa julgada enquanto acidente/qualidade	87
3.5	Insubstancialidade da coisa julgada	91
4	A questão da segurança jurídica	96
4.1	Breve histórico da segurança jurídica.....	96
4.2	Simetria entre o princípio da segurança jurídica e justiça	102
4.3	Segurança jurídica, da vida e dos bens patrimoniais	107
4.3.1	Noção de segurança jurídica.....	107
4.3.2	Garantia da segurança jurídica.....	112
4.3.3	Negação da segurança jurídica.....	113
4.3.4	Segurança da vida e dos bens patrimoniais	115
4.4	Relatividade da coisa julgada	118
5	Conclusões.....	123
	Referências	127

PARTE II – REFLEXÕES SOBRE A COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL E OS INSTRUMENTOS PROCESSUAIS PARA SEU CONTROLE

Humberto Theodoro Júnior, Juliana Cordeiro

de Faria	135
1 Introito.....	136
2 A coisa julgada inconstitucional: um convite à reflexão	140
3 O princípio da constitucionalidade (supremacia da Constituição) e o efeito negativo do ato inconstitucional	150
4 A noção de coisa julgada	160
5 O princípio da intangibilidade da coisa julgada e sua relatividade	165



9	A coisa julgada que ofende diretamente os princípios constitucionais e os mecanismos de controle	194
9.1	A ação rescisória e ação declaratória de nulidade (<i>querela nullitatis</i>)	199
9.2	Direito Processual brasileiro recente sobre coisa julgada inconstitucional: os arts. 475-L, §2º, e 741, parágrafo único, do CPC	211
9.3	O projeto de novo Código de Processo Civil em tramitação legislativa	218
10	Fonte da declaração de inconstitucionalidade pronunciada pelo STF: a indevida interpretação restritiva	220
11	Inconstitucionalidade ainda não reconhecida pelo STF	224
12	A coisa julgada inconstitucional e o respeito aos atos praticados sob seu império: a eficácia <i>ex nunc</i> do reconhecimento da inconstitucionalidade	228
13	Respostas a algumas objeções doutrinárias	240
14	Conclusões	251
	Referência	259

